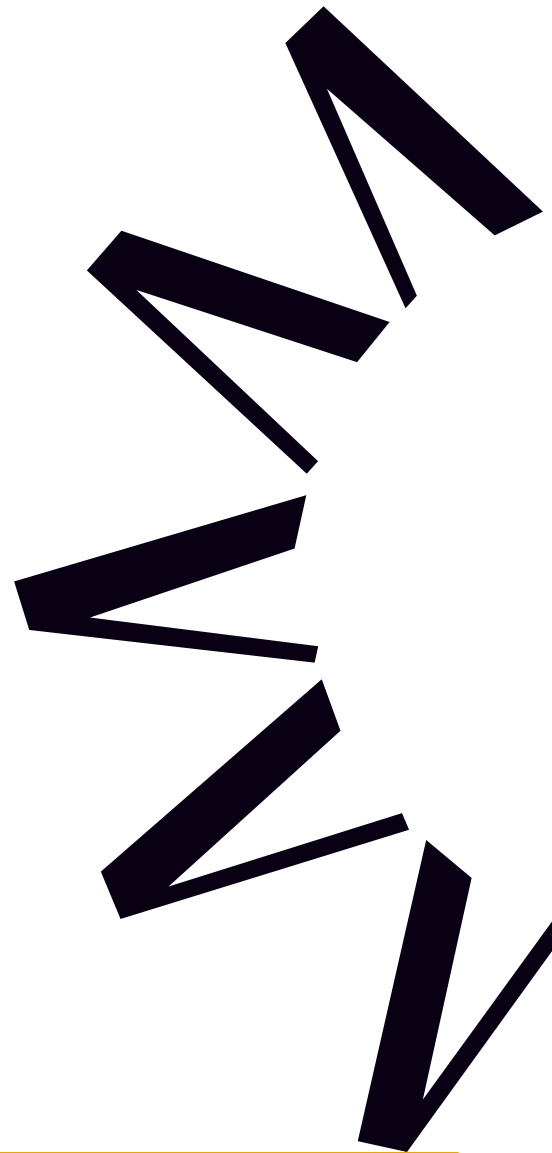

Educação para um Brasil mais próspero



Wagner Lenhart

Mestre em direito e MBA em gestão empresarial, com experiência como executivo com experiência no mercado privado, na administração pública e no terceiro setor

O maior ativo de uma nação não está em seu território, em seus recursos naturais ou em sua infraestrutura. Está na capacidade da sua gente. A missão da política educacional é desenvolver plenamente esse potencial, garantindo que cada criança tenha a oportunidade de aprender, prosperar e florescer. Mais do que isso, como destacou certa vez Hannah Arendt, a decisão de como conduzimos o processo educacional é o justo momento em que decidimos se amamos o suficiente o nosso mundo, a humanidade e, especialmente, as nossas crianças.

Há poucas agendas capazes de transformar tão profundamente o futuro de um país quanto a educação. Em nenhuma outra política pública os efeitos se estendem de maneira tão ampla e duradoura sobre o desenvolvimento econômico, a inovação, a produtividade, a mobilidade social e a própria qualidade da democracia.

O Brasil, entretanto, não consegue avançar nessa agenda e permanece estagnado em patamares muito baixos. Apesar dos avanços observados nas últimas décadas na universalização do acesso à educação básica e do aumento significativo do investimento público no setor, a qualidade da aprendizagem permanece em níveis incompatíveis com as necessidades do país.

Esse quadro produz consequências que vão muito além do sistema educacional. A baixa qualidade da educação compromete diretamente a produtividade dos trabalhadores, reduz a capacidade de inovação das empresas, limita o crescimento da renda das famílias e enfraquece a competitividade da economia brasileira.

Não por acaso, a estagnação educacional brasileira caminha lado a lado com décadas de baixo crescimento econômico. Desde os anos 1980, a produtividade do trabalho praticamente deixou de convergir para os níveis observados nas economias mais desenvolvidas. Esse desafio torna-se ainda mais urgente quando observado à luz da profunda transformação demográfica pela qual o país está passando. Durante boa

parte do século XX, o Brasil beneficiou-se de uma população predominantemente jovem, condição que ampliava a oferta de trabalhadores e criava uma janela de oportunidade para acelerar o crescimento econômico.

Essa janela de oportunidade foi desperdiçada e a transição impõe desafios imensos. Uma população mais envelhecida exigirá maiores gastos com saúde, previdência e assistência social justamente em um contexto em que haverá relativamente menos trabalhadores sustentando essas despesas.

Como se esse cenário não fosse suficientemente desafiador, o mundo atravessa hoje uma transformação tecnológica sem precedentes. A inteligência artificial, a computação quântica e outras tecnologias emergentes estão modificando profundamente a forma como as pessoas trabalham, aprendem, produzem e interagem.

Entretanto, as novas tecnologias não substituirão aquilo que constitui o verdadeiro núcleo do processo educacional: bons mestres, boas escolas, liderança competente, currículos consistentes, avaliação rigorosa e um compromisso permanente com a aprendizagem dos alunos. A inovação tecnológica cumprirá sua promessa de resultados quando estiver inserida em um sistema capaz de utilizá-la com propósito, técnica e bom senso.

Diante desse cenário, é evidente que o Brasil precisa abandonar definitivamente a lógica incremental que tem caracterizado boa parte das políticas educacionais das últimas décadas. O desafio não consiste apenas em investir mais recursos, ampliar programas existentes ou realizar ajustes marginais.

Ao redor do mundo, diversas experiências demonstram que transformações significativas são possíveis quando sistemas educacionais estabelecem prioridades claras, utilizam evidências para orientar decisões, valorizam professores e líderes escolares, promovem transparência, incentivam inovação e mantêm foco permanente na aprendizagem. Não existe uma solução única

nem uma fórmula mágica.

Este documento parte justamente dessa premissa. Seu objetivo não é apresentar uma lista exaustiva de programas governamentais, mas propor uma agenda de princípios e diretrizes capazes de orientar uma transformação profunda na política educacional, tornando-a mais moderna, ambiciosa e comprometida com resultados.

Não temos mais tempo. A combinação entre baixo crescimento econômico, envelhecimento populacional e rápida aceleração tecnológica torna a melhoria da educação uma necessidade estratégica. É com esse senso de urgência, mas também de otimismo, que este documento apresenta as diretrizes a seguir. Elas partem de uma convicção simples: a missão fundamental de qualquer sistema educacional é criar as condições para que cada criança alcance seu máximo potencial, floresça como ser humano e tenha a liberdade de construir seu próprio projeto de vida.

I. O aluno no centro de todas as decisões

Toda política pública bem-sucedida parte de uma compreensão clara de sua finalidade. Na educação, essa finalidade não deveria admitir ambiguidades. O sistema existe para que cada estudante aprenda, desenvolva suas capacidades e alcance seu máximo potencial.

Recolocar o estudante no centro das decisões significa mudar a lógica pela qual o sistema opera. Significa reconhecer que currículos, avaliações, programas de formação, infraestrutura, financiamento e gestão escolar não constituem objetivos em si mesmos.

Essa mudança de perspectiva exige que todas as decisões sejam permanentemente avaliadas a partir de uma pergunta simples: essa política aumenta a capacidade de nossos alunos aprenderem mais e melhor? Caso a resposta seja negativa ou incerta, é necessário ter disposição para revisá-la. Sistemas educacionais modernos

precisam ser capazes de aprender continuamente, abandonar práticas que não produzem resultados e incorporar novas abordagens sempre que as evidências demonstrarem maior eficácia.

Colocar o aluno no centro também significa reconhecer que cada estudante aprende em ritmo diferente e enfrenta desafios distintos. Sistemas excessivamente padronizados tendem a tratar todos da mesma forma, ignorando diferenças de contexto, interesses, talentos e dificuldades individuais. Ao mesmo tempo, uma visão centrada no aluno não pode se limitar ao desempenho em avaliações. Aprender envolve desenvolver competências acadêmicas sólidas, mas também construir autonomia, curiosidade intelectual, capacidade de resolver problemas, pensamento crítico, responsabilidade e perseverança. Essa perspectiva também fortalece a participação das famílias. Pais e responsáveis não devem ser vistos apenas como usuários do sistema, mas como parceiros fundamentais da escola.

Por fim, colocar o aluno no centro exige que a própria cultura das redes de ensino seja transformada. O foco deixa de ser o cumprimento de processos e passa a ser a produção de resultados concretos para os estudantes. Não existe objetivo mais importante para a educação brasileira do que esse. Todo o restante deve ser entendido como meio para alcançá-lo.

Primeiras medidas sugeridas:

- 1) Estabelecer, por decreto e por meio das diretrizes do Ministério da Educação, que toda política nacional será orientada pelos resultados de aprendizagem e evolução dos estudantes.

- 2) Reorganizar todos programas federais para que tenham metas mensuráveis e claras e indicadores públicos de desempenho.

- 3) Criar um painel nacional de indicadores educacionais, atualizado periodicamente, reunindo aprendizagem, alfabetização,

frequência escolar, evasão, desempenho em matemática e execução orçamentária em linguagem acessível à sociedade.

II. Professores e líderes que fazem a diferença

Se o aluno representa a razão de existir do sistema educacional, professores e líderes escolares representam sua principal força transformadora. Nenhuma reforma educacional, por mais bem desenhada que seja, produzirá resultados duradouros sem profissionais qualificados, comprometidos e preparados para enfrentar os desafios da sala de aula e da gestão escolar.

O Brasil precisa construir uma nova política para a profissão docente. Durante décadas, o debate público concentrou-se quase exclusivamente em remuneração, embora essa seja apenas uma parte do desafio. A formação inicial merece atenção especial. Em muitos casos, os cursos de licenciatura permanecem excessivamente orientados por discussões teóricas e pouco conectados às demandas concretas da sala de aula.

O Brasil deve incentivar uma profunda renovação dos modelos de preparação de professores. Novas academias de formação, programas de residência docente, certificações baseadas em competências e parcerias entre universidades e redes de ensino podem aproximar a formação da realidade cotidiana das escolas.

Ao lado dos professores, a liderança escolar merece posição de destaque. Diversos estudos mostram que a liderança do diretor é o fator intraescolar que mais influencia os resultados dos estudantes. É necessário profissionalizar a gestão escolar. Isso implica estabelecer critérios claros de seleção, fortalecer programas de formação de lideranças, ampliar a autonomia administrativa das escolas e criar mecanismos transparentes de avaliação de desempenho.

Também é fundamental construir uma cultura de valorização baseada na excelência. Bons profissionais devem encontrar na educação oportunidades reais de reconhecimento, crescimento e desenvolvimento. Uma política educacional que deseja transformar resultados precisa começar pelas pessoas que tornam a aprendizagem possível todos os dias. Investir em professores e líderes escolares não é apenas uma política de recursos humanos.

Primeiras medidas sugeridas:

- 1) Reformular as diretrizes nacionais de formação inicial de professores, aproximando-as das melhores evidências científicas sobre aprendizagem.
- 2) Criar programas nacionais de residência docente em parceria com estados, municípios e universidades.
- 3) Instituir programas permanentes de desenvolvimento para diretores escolares, reconhecendo a liderança educacional como função estratégica.

III. Inteligência artificial para ampliar o potencial humano

A educação vive um dos momentos mais transformadores de sua história. Ao longo dos últimos séculos, as grandes mudanças educacionais estiveram associadas à expansão do acesso à escola, à universalização da alfabetização ou à incorporação de novas tecnologias de comunicação.

Durante séculos, a educação personalizada esteve restrita às famílias mais ricas. Reis, estadistas, e grandes empresários podiam contratar tutores dedicados exclusivamente ao desenvolvimento intelectual de seus filhos ou investir em outros recursos de personalização educacional.

Recursos de inteligência artificial já demonstram

capacidade para adaptar exercícios ao nível de conhecimento de cada estudante, identificar lacunas específicas de aprendizagem, oferecer explicações alternativas para um mesmo conteúdo, fornecer feedback imediato e acompanhar a evolução individual ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, essas tecnologias permitem reduzir parte da carga burocrática enfrentada pelos professores, liberando mais tempo para aquilo que nenhuma máquina é capaz de substituir: a construção de vínculos, a motivação dos estudantes, o desenvolvimento do pensamento crítico e a liderança do processo educativo.

A inteligência artificial não vem, portanto, para substituir professores, mas para ampliar extraordinariamente sua capacidade de ensinar. Um bom professor apoiado por boas ferramentas tecnológicas pode acompanhar seus alunos com muito mais precisão, identificar dificuldades antes que se tornem permanentes, oferecer intervenções personalizadas e utilizar dados para aperfeiçoar continuamente sua prática pedagógica. Essa distinção é essencial. O debate público frequentemente oscila entre um entusiasmo excessivo e um pessimismo igualmente exagerado em relação às novas tecnologias.

O Brasil não pode assistir passivamente a essa transformação. Enquanto diversos países estruturam estratégias nacionais para incorporar inteligência artificial à educação, formar professores para seu uso e desenvolver plataformas voltadas ao ensino personalizado, muitos por aqui ainda discutem se essas ferramentas deveriam ou não estar presentes nas escolas.

Isso exige investimentos inteligentes. A tecnologia deve ser escolhida por sua capacidade de melhorar a aprendizagem, e não por seu grau de inovação aparente. Se utilizada com propósito, liderança pedagógica e foco na aprendizagem, a inteligência artificial poderá representar para a educação aquilo que a mecanização

representou para a agricultura ou a eletrificação representou para a indústria: um enorme salto de produtividade. O Brasil tem a oportunidade de utilizar essa transformação para democratizar uma educação cada vez mais personalizada, inclusiva e capaz de desenvolver plenamente o potencial de cada estudante.

Primeiras medidas sugeridas:

- 1) Implantar projetos em parceria com estados e municípios para utilização de inteligência artificial como apoio ao professor e personalização da aprendizagem.
- 2) Incentivar o uso de soluções tecnológicas e de inteligência artificial pelos estados e municípios, apoiando a qualificação de gestores e lideranças educacionais.
- 3) Criar mecanismos de avaliação contínua para identificar e ranquear as tecnologias que efetivamente produzem ganhos de aprendizagem.

IV. Educação conectada ao futuro e ao trabalho

A principal missão da educação não é apenas preparar pessoas para ingressar no mercado de trabalho, mas formar cidadãos capazes de construir projetos de vida plenos, exercer sua liberdade com responsabilidade e participar ativamente da sociedade. Entretanto, seria um equívoco ignorar que o trabalho ocupa lugar central nesse processo.

Durante muito tempo, escolas e mercado de trabalho evoluíram de forma relativamente independente. Currículos eram revisados lentamente, profissões permaneciam estáveis durante décadas e as mudanças tecnológicas ocorriam em ritmo suficientemente gradual para permitir adaptações lentas.

Hoje, novas ocupações surgem todos os anos,

enquanto outras deixam de existir ou passam por profundas transformações. A inteligência artificial e o avanço das tecnologias emergentes estão modificando não apenas as atividades desempenhadas pelos trabalhadores, mas também as competências exigidas pelas organizações.

Nesse contexto, os sistemas educacionais precisam desenvolver mecanismos permanentes de diálogo com o setor produtivo. Isso não significa permitir que demandas conjunturais das empresas determinem o currículo escolar, mas compreender continuamente quais competências serão necessárias para que os estudantes possam prosperar em uma economia em transformação.

Ao mesmo tempo, é preciso ampliar significativamente a diversidade de trajetórias educacionais disponíveis aos estudantes. Jovens possuem interesses, talentos e projetos de vida distintos. Essa diversificação exige fortalecer o ensino técnico e profissional, aproximar escolas e empresas, estimular programas de aprendizagem, ampliar estágios, incentivar projetos conjuntos entre instituições de ensino e setor produtivo e criar ambientes permanentes de inovação. Também requer maior utilização de dados sobre empregabilidade, evolução das profissões e demandas regionais do mercado de trabalho para orientar decisões de política pública.

Outro aspecto frequentemente negligenciado diz respeito às chamadas competências duráveis. Embora seja impossível prever exatamente quais profissões existirão nas próximas décadas, é possível identificar capacidades que permanecerão relevantes independentemente das mudanças tecnológicas.

A conexão entre educação e mercado de trabalho também deve ser compreendida como uma estratégia de desenvolvimento nacional. Economias inovadoras conseguem aproximar universidades, escolas, centros de pesquisa, empresas e governos em torno de objetivos comuns de geração de conhecimento e aumento

de produtividade.

Preparar estudantes para o futuro não significa tentar adivinhar quais profissões existirão daqui a trinta anos. Significa desenvolver pessoas capazes de aprender continuamente, adaptar-se às mudanças e criar valor em qualquer contexto.

Primeiras medidas sugeridas:

- 1) Instituir um fórum permanente entre Ministério da Educação, setor produtivo, universidades e especialistas para acompanhar a evolução das competências demandadas pela economia.
- 2) Fortalecer o ensino técnico e profissional.
- 3) Estimular parcerias entre escolas, empresas e organizações da sociedade civil para ampliar oportunidades de formação e inserção produtiva dos jovens.

V. Transparência, resultados e accountability

Nenhuma política pública consegue produzir resultados consistentes sem uma cultura sólida de responsabilização, transparência e avaliação permanente. A educação não é exceção. O Brasil avançou significativamente na construção de sistemas nacionais de avaliação educacional. Hoje dispomos de instrumentos importantes para medir parte da aprendizagem dos estudantes e acompanhar a evolução das redes de ensino, mas há ainda muito a ser feito.

Uma política educacional orientada por resultados começa pela definição clara daquilo que realmente importa. O objetivo central não pode ser apenas aumentar matrículas, construir escolas ou executar integralmente o orçamento disponível. Por essa razão, é fundamental construir sistemas de accountability capazes de acompanhar todas as etapas da política educacional. Isso significa estabelecer metas claras, indicadores confiáveis,

avaliações periódicas e mecanismos transparentes de prestação de contas.

Transparência também fortalece a confiança. Quando gestores compartilham dados de maneira aberta, reconhecem dificuldades e demonstram capacidade de corrigir rumos, cria-se um ambiente mais favorável ao aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas.

Da mesma forma, é importante que os próprios gestores escolares tenham acesso a informações detalhadas sobre o desempenho de suas escolas. Diretores e professores precisam dispor de dados atualizados que permitam identificar rapidamente alunos em risco de defasagem, avaliar a eficácia das estratégias pedagógicas e realizar intervenções antes que dificuldades se consolidem.

Uma cultura de accountability também pressupõe reconhecimento. Redes educacionais precisam criar mecanismos capazes de identificar experiências bem-sucedidas, valorizar escolas que conseguem promover avanços significativos e disseminar boas práticas entre diferentes regiões do país.

Finalmente, accountability exige coragem política. Avaliar significa aceitar que algumas iniciativas produzirão resultados inferiores aos esperados e que será necessário interrompê-las, redesenhá-las ou substituí-las. O Brasil precisa consolidar uma cultura na qual decisões sejam tomadas cada vez menos com base em intenções e cada vez mais apoiadas em evidências. Medir aquilo que importa, divulgar os resultados com transparência e utilizar essas informações para aperfeiçoar continuamente o sistema educacional constitui uma das condições fundamentais para elevar a qualidade da educação brasileira.

Primeiras medidas sugeridas:

- 1) Ampliar a transparência dos gastos públicos em educação.
- 2) Divulgar regularmente indicadores comparáveis entre redes e escolas,

preservadas as diferenças de contexto.

- 3) Estimular uma cultura de decisões baseadas em evidências, com avaliação permanente das políticas públicas.

VI. Mais autonomia, mais inovação, mais oportunidades

Ao longo das últimas décadas, diversos países demonstraram que é possível combinar responsabilidade pública com diversidade de modelos de gestão escolar. Essa talvez seja uma das lições mais importantes das reformas educacionais contemporâneas. Em praticamente todas as áreas da vida pública, o Estado atua de diferentes formas para entregar serviços à população. Os sistemas educacionais mais bem-sucedidos do mundo caracterizam-se justamente por sua capacidade de experimentar, aprender e inovar. Em vez de concentrar toda a responsabilidade em um único modelo administrativo, criam ambientes onde diferentes formas de organização podem coexistir, sempre submetidas a padrões definidos de qualidade e transparência.

Nesse contexto, merece especial atenção a experiência das Charter Schools desenvolvida em diversos estados norte-americanos nas últimas três décadas. Embora existam diferenças importantes entre os modelos adotados em cada estado, o princípio geral permanece o mesmo, escolas públicas, financiadas com recursos públicos, gratuitas para as famílias e abertas a todos os estudantes, mas administradas por organizações privadas independentes, com maior autonomia para contratar equipes, organizar sua gestão, desenvolver projetos pedagógicos e inovar na busca por melhores resultados.

Essa autonomia, entretanto, vem acompanhada de um elevado grau de responsabilização. Diferentemente de muitos modelos tradicionais, as Charter Schools operam mediante contratos

de desempenho. A principal contribuição desse modelo talvez não seja apenas o aumento da competição saudável entre escolas, mas a criação de um ambiente favorável à inovação. Com maior autonomia para experimentar novas metodologias, organizar jornadas escolares, utilizar tecnologias, desenvolver modelos pedagógicos diferenciados e recrutar profissionais, essas instituições tornam-se verdadeiros laboratórios de inovação educacional.

Outras experiências internacionais também oferecem importantes referências. Sistemas de vouchers educacionais e, mais recentemente, as Education Savings Accounts (ESAs), ampliam a liberdade de escolha das famílias ao permitir que os recursos públicos acompanhem o estudante, e não necessariamente uma escola específica.

Esses modelos compartilham um princípio comum, o financiamento permanece público, mas a oferta torna-se mais diversificada e orientada pelas necessidades dos estudantes e pelas escolhas das famílias. Embora sua implementação exija adaptações ao contexto jurídico e institucional brasileiro, eles ampliam um debate importante sobre como construir sistemas educacionais mais flexíveis, inovadores e capazes de responder à enorme diversidade existente em nosso país.

O Brasil possui dimensão continental, profundas diferenças regionais e grande heterogeneidade social. É pouco razoável imaginar que um único modelo administrativo seja capaz de responder, com igual eficiência, às necessidades de uma escola rural na Amazônia, de uma comunidade periférica em uma grande metrópole ou de um pequeno município do interior.

Por essa razão, uma agenda nacional de transformação da educação deve estimular um ambiente regulatório favorável à experimentação responsável. Estados e municípios deveriam ser incentivados a desenvolver projetos-piloto de novos modelos de gestão escolar, ampliar parcerias com organizações sociais e entidades privadas,

criar mecanismos de contratação baseados em desempenho e fortalecer iniciativas que demonstrem capacidade de elevar a aprendizagem.

Em educação, a pergunta mais importante não deve ser quem administra a escola, mas se ela é capaz de oferecer aos seus estudantes as condições necessárias para aprender, desenvolver seus talentos e construir um futuro melhor. Quando diferentes modelos convivem sob regras claras, aprendem uns com os outros e compartilham o compromisso com a aprendizagem, todo o sistema educacional se fortalece.

Diversidade institucional, autonomia responsável e parcerias bem desenhadas não representam uma renúncia ao papel do Estado. Representam, ao contrário, uma maneira mais moderna, eficiente e inovadora de cumprir sua missão mais importante: garantir que cada criança brasileira tenha acesso à melhor educação possível.

Primeiras medidas sugeridas:

- 1) Estabelecer um marco regulatório nacional que estimule estados e municípios a desenvolver modelos inovadores de gestão escolar, sempre preservando a gratuidade e o acesso universal.

- 2) Incentivar projetos piloto, incluindo escolas públicas autônomas administradas por organizações sociais e instituições privadas, sob contratos de desempenho e avaliação permanente.

- 3) Criar um programa federal de apoio técnico para estados e municípios interessados em implementar modelos semelhantes às Charter Schools, adaptados à nossa realidade institucional.

VII. Um compromisso nacional com a alfabetização

Toda grande transformação educacional começa pela alfabetização. Aprender a ler e escrever

constitui a base sobre a qual se desenvolvem todas as demais competências acadêmicas e profissionais. Infelizmente, o Brasil ainda convive com níveis inaceitáveis de analfabetismo e, sobretudo, de analfabetismo funcional. Milhões de estudantes conseguem decodificar palavras, mas não compreendem adequadamente aquilo que leem, têm dificuldade para interpretar textos, organizar argumentos ou utilizar a leitura como instrumento de aprendizagem.

A boa notícia é que a ciência da aprendizagem acumulou, nas últimas décadas, um conjunto robusto de evidências sobre os métodos mais eficazes de alfabetização. Hoje conhecemos com muito mais precisão quais práticas produzem melhores resultados, como estruturar a progressão das habilidades leitoras, de que forma acompanhar o desenvolvimento das crianças e quais intervenções devem ser realizadas quando surgem dificuldades.

Isso exige transformar a alfabetização em prioridade nacional permanente, acima de governos e ciclos eleitorais. É necessário estabelecer metas ambiciosas, acompanhar sistematicamente a evolução dos estudantes, formar professores com base em evidências científicas, oferecer materiais didáticos de alta qualidade e criar mecanismos rápidos de recuperação para crianças que apresentem dificuldades.

O compromisso com a alfabetização também precisa envolver famílias e comunidades. Crianças que convivem com livros e estímulos linguísticos desde os primeiros anos de vida chegam à escola em condições muito mais favoráveis para aprender. O Brasil precisa assumir um compromisso claro: nenhuma criança deve concluir os primeiros anos do ensino fundamental sem dominar plenamente a leitura e a escrita. Essa meta é perfeitamente alcançável.

Primeiras medidas sugeridas:

1) Estabelecer a alfabetização plena até o final do segundo ano do ensino fundamental como prioridade nacional.

2) Apoiar estados e municípios na implementação de métodos de alfabetização baseados em evidências.

3) Criar avaliações nacionais frequentes de fluência leitora e programas imediatos de recuperação para estudantes com dificuldades.

VIII. Matemática como fundamento da prosperidade

Poucos conteúdos influenciam tanto as oportunidades futuras de um estudante quanto a matemática. Muito além de seu valor para carreiras nas áreas de ciência, engenharia ou tecnologia, a matemática desenvolve formas de raciocínio que acompanham o indivíduo ao longo de toda a vida.

Apesar disso, a aprendizagem de matemática permanece como um dos maiores desafios da educação brasileira. Os resultados das avaliações nacionais e internacionais mostram que uma parcela significativa dos estudantes conclui a educação básica sem dominar conceitos fundamentais, acumulando defasagens que se ampliam ao longo da trajetória escolar.

É importante reconhecer que não existem soluções simples para esse desafio. Aprender matemática exige tempo, prática deliberada, progressão adequada de conteúdos e ensino consistente. O Brasil precisa assumir esse mesmo compromisso. A melhoria do ensino de matemática deve deixar de ser tratada como um objetivo restrito às áreas técnicas e passar a ocupar posição central na estratégia nacional de desenvolvimento.

A inteligência artificial e as novas tecnologias também oferecem oportunidades importantes nessa área. Sistemas adaptativos de aprendizagem permitem identificar, com grande precisão, quais conceitos cada estudante domina e

quais exigem reforço adicional, oferecendo exercícios personalizados e acompanhamento individualizado.

Ao priorizar a matemática, o Brasil não estará apenas melhorando o desempenho em uma disciplina específica. Estará fortalecendo a capacidade de seus jovens para inovar, empreender, compreender tecnologias emergentes, interpretar informações complexas e participar de maneira mais produtiva de uma economia baseada no conhecimento.

Primeiras medidas sugeridas:

- 1) Apoiar redes de ensino na adoção de currículos estruturados, materiais de alta qualidade e avaliações diagnósticas periódicas.
- 2) Desenvolver programas específicos de formação continuada para professores de matemática.
- 3) Estabelecer metas nacionais de melhoria do desempenho matemático ao longo da educação básica.

Conclusão

O Brasil chega a um momento decisivo de sua história. Depois de décadas de crescimento econômico modesto, produtividade estagnada e resultados educacionais insuficientes, o país enfrenta simultaneamente uma acelerada transição demográfica e a maior transformação tecnológica já vivida pela humanidade. A boa notícia é que não partimos do zero. O conhecimento acumulado nas últimas décadas sobre aprendizagem, gestão educacional e políticas públicas oferece um conjunto consistente de evidências sobre aquilo que funciona.

As diretrizes apresentadas neste documento compartilham um princípio comum: a educação deve ser organizada em torno da aprendizagem dos estudantes. Isso significa colocar o aluno

no centro das decisões, fortalecer professores e líderes escolares, incorporar tecnologia com responsabilidade, aproximar a escola das oportunidades do mundo contemporâneo, ampliar a transparência, diversificar modelos de gestão, assegurar que todas as crianças sejam plenamente alfabetizadas e tratar a matemática como uma competência estratégica para o desenvolvimento nacional.

Essa transformação exige abandonar uma cultura excessivamente orientada por processos para adotar uma cultura orientada por resultados. Durante muito tempo, o debate educacional brasileiro concentrou-se na discussão sobre insumos, estruturas administrativas e expansão de programas. Também será necessário compreender que inovação não representa uma ameaça à educação pública, mas uma condição para seu fortalecimento. Sistemas educacionais que aprendem continuamente, incorporam evidências, avaliam seus resultados e permanecem abertos à experimentação tornam-se mais capazes de responder às necessidades de seus estudantes.

Nada disso acontecerá sem liderança política. Reformas educacionais produzem resultados ao longo de muitos anos, frequentemente ultrapassando mandatos governamentais e ciclos eleitorais. Mais do que preparar estudantes para provas ou diplomas, a missão da educação é ampliar horizontes, desenvolver talentos e expandir as possibilidades de vida de cada indivíduo. Cada criança que aprende a ler com fluência, domina a matemática, desenvolve pensamento crítico, utiliza a tecnologia com proficiência e encontra oportunidades para realizar seu potencial representa um ganho não apenas para si mesma, mas para toda a sociedade.

Em última análise, a escolha que o Brasil precisa fazer é simples. Podemos continuar insistindo com um sistema que há décadas produz resultados insuficientes ou podemos assumir, com coragem, a tarefa de transformá-lo profundamente, orientados

por evidências, inovação e compromisso com a aprendizagem.

A geração de brasileiros que hoje frequenta nossas escolas será responsável por conduzir o país em um dos períodos mais desafiadores e promissores de nossa história. O futuro do Brasil dependerá, em grande medida, das oportunidades que formos capazes de oferecer a essas crianças e jovens agora. É preciso decisão para enfrentar interesses estabelecidos. É preciso foco para manter a aprendizagem como prioridade permanente.

Se fizermos essas escolhas, estaremos construindo muito mais do que um sistema educacional melhor. Estaremos criando as condições para que cada criança brasileira possa florescer plenamente, desenvolver seus talentos, exercer sua liberdade com autonomia e contribuir para um Brasil mais próspero e inovador.